

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.093.317 - MG (2017/0097504-7)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
AGRAVANTE : WELLINGTON DE SOUZA  
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
AGRAVADO : OS MESMOS

## **DECISÃO**

*PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM COM BASE EM RECURSO REPETITIVO. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE DÚVIDA OBJETIVA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO FUX. ERRO GROSSEIRO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR NÃO CONHECIDO.*

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento, com fulcro no art. 1.030, I do Código Fux, ao Recurso Especial interposto em razão da conformidade do acórdão recorrido com o entendimento firmado por esta Corte Superior no Tema 433 (REsp. 1.199.715/RJ), submetido ao rito dos recursos repetitivos.

2. É o relatório.

3. Este Sodalício já sedimentou que a interposição de Agravo em Recurso Especial, ao invés de Agravo Interno, contra decisão do Tribunal de origem que nega seguimento ao Apelo Nobre, com base em recurso repetitivo, configura erro grosseiro, uma vez que, ante a disposição expressa do art. 1.030, § 2o. do Código Fux, inexistente dúvida objetiva acerca da insurgência cabível, não sendo possível a aplicação da fungibilidade recursal ou instrumentalidade das formas (AgInt no AgInt no AREsp. 1.240.716/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 6.11.2018; AgInt no AREsp. 1.300.845/MS, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 10.12.2018).

4. Ante o exposto, não se conhece do Agravo em Recurso Especial do Particular.

# *Superior Tribunal de Justiça*

5. Publique-se.
6. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

